

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Primeiro Patrimônio Etnográfico do Brasil: a coleção-museu de magia negra.

Alexandre Fernandes Corrêa¹

Resumo: Este artigo analisa aspectos históricos e conceituais vinculados ao tombamento da Coleção Museu de Magia Negra do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 1938. Trata-se de uma reflexão sobre o conceito de etnografia no pensamento social brasileiro do início do século XX.

Palavras-chave: Patrimônio Etnográfico – Museologia – Memória Social

Abstract: This article analyze historic and conceptual aspects connected at the cultural herance. The Black Magic Collection Museum of the Rio de Janeiro was inscription in the Brazilian cultural patrimony in 1938. This article to deal about reflection of the ethnographic concept in the brazilian social thought in the last century.

Keys-words: Cultural Herance – Museology – Social Memory

O conteúdo deste ensaio é o resultado de um ano de trabalho sobre os diferentes olhares enfocados nas coleções etnográficas² constituídas a partir dos processos jurídicos ligados à repressão policial e psiquiátrica aos terreiros, casas de santo, centros de espiritismo e práticas de magia, bruxaria e feitiçaria ocorrida no início do século XX. Essa investigação tomou como base interpretativa o uso do conceito de patrimônio etnográfico, aplicado a essas coleções museológicas.

O projeto de pesquisa (UFRJ/CNPq) desenvolveu-se inicialmente voltado para o estatuto museológico das coleções etnográficas, definidas categoricamente como representantes do campo religioso afro-brasileiro. Historicamente essas coleções foram criadas a partir da ação repressiva estatal, ação policial e sanitária que coincide com a ascensão do Estado Novo autoritário e centralizador. Esse processo se dá numa sociedade em

¹ Docente Adjunto de Antropologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA (PPGCS). Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia PUC/São Paulo. E.mail: alexcorrea@antropologia.com.br. Texto base apresentado na XXVª Reunião ABA-2006, no GT-38: Patrimônio, linguagens e memória social. Reapresentado na XXXª Reunião Anual ANPOCS-2006, no ST-06: Memória Social e Patrimônio: desafios contemporâneos.

² Coleções Etnográficas com objetos de magia afro-brasileira: Museu Antropológico Estácio de Lima (Coleção Nina Rodrigues), Salvador (BA); Casa de José de Alencar (Coleção Arthur Ramos), Fortaleza (CE); Centro Cultural São Paulo (Coleção Mário de Andrade), São Paulo (SP); Museu do Estado de Pernambuco (Objetos de culto afro-brasileiro), Recife (PE); Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Coleção Perseverança), Maceió (AL); e Museu da Polícia Civil (Coleção Museu de Magia Negra), Rio de Janeiro (RJ).

transformação acelerada, rompendo laços com a vida rural, através da industrialização que incrementa a urbanização do país, a partir da década de 1920.

No entanto, o absolutismo da “hipótese repressiva” – que toma o Estado como o agente central da ação policial e sanitária –, subjacente a esse posicionamento, no decorrer da pesquisa esgotou seu alcance de análise, conduzindo a investigação a um impasse epistemológico. Esse dilema interpretativo implicou na mudança dos caminhos até então seguidos no estudo. Identificados os obstáculos epistemológicos e interpretativos, buscou-se tentar superá-los através do mergulho na contextualização histórico-cultural da época em que foram constituídos os diferentes olhares sobre esses acervos museológicos e etnográficos – em especial a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro. Este trabalho, pois, faz parte de uma pesquisa mais ampla que considera os museus como dramatizações sociais, com lógica simbólica própria, exercitando o jogo do esquecimento e da lembrança no grande teatro das memórias sociais da sociedade brasileira³. No teatro da memória social brasileira o acervo cultural em foco, após sua inscrição no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, passou várias décadas esquecido e abandonado⁴. Somente na década de 1980 testemunha-se a recuperação dessa coleção do esquecimento institucional, ao qual estava condenada. Mais precisamente em 1979, a equipe, financiada pela FUNARTE e o CNDA, realizou pesquisa etnográfica no Museu da Polícia Civil⁵. Assim, a presente pesquisa dá continuidade a esse trabalho de recuperação e ‘distabuação’ dessa coleção museológica.

Princípios Metodológicos

As bases teóricas que balizaram o esforço interpretativo foram as seguintes. De imediato, é preciso indicar que as bases teóricas deste ensaio se apóiam diretamente nas

³ Como escreveu Ulpiano T. Bezerra de Meneses: “O *Theatrum Memoriae* insere-se nessa linhagem [renascentista], mas enraizando-se, também, nas artes da memória da Antiguidade e da Idade Média, que propunham a articulação de imagens a lugares e espaços, para assegurar a rememoração. Hooper-Greenhill vê aí o surgimento do Museu como teatro da memória, conceituação que ela acredita deva ser explorada, mesmo hoje, pois seu potencial permaneceu ainda parcialmente inexplorado: é mais eficiente do que a escrita e outros sistemas intermediados de registros já que a matriz sensorial facilita a rememoração. A partir da seleção e síntese cognitiva na apresentação visual, ganha-se notável impacto pedagógico” (MENESES, 1994: 9-10). Sobre o teatro da memória foi consultado também Henri-Pierre Jeudy, *Memórias do Social* (1990). Esse aspecto é desenvolvido na tese de doutoramento que se defendeu (CORRÊA, 2003), e no artigo *Teatro das Memórias Sociais e do Patrimônio Cultural*, a ser publicado.

⁴ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional só passou a incluir a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro nos seus relatórios de bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo, em 1984.

⁵ As pesquisas realizadas pela Yvonne Maggie, no final da década de 1970, resultaram no trabalho de tese de doutorado *Medo do Feitiço*, concluído em 1993.

propostas metodológicas de Claude Lévi-Strauss, particularmente quando sustenta a ambição da antropologia em investigar a *totalidade*. Segundo suas próprias palavras, a antropologia

(...) vê, na vida social, um sistema cujos aspectos estão todos organicamente ligados. Ela reconhece de bom grado que é indispensável, para aprofundar o conhecimento de certos tipos de fenômenos, dividir um conjunto, como o fazem o psicólogo social, o jurista, o economista, o especialista em ciência política.

Mas, quando o antropólogo procura construir modelos, tem sempre em vista, e como segunda intenção, descobrir uma forma comum às diversas manifestações da vida social. Esta tendência se encontra tanto atrás da noção, introduzida por Marcel Mauss, de fato social total, como também na de pattern, da qual se sabe a importância que adquiriu na antropologia anglo-saxônica no curso destes últimos anos (LÉVI-STRAUSS, 1975: 406).

O campo de trabalho investigado foi especialmente adequado para refletir sobre os alcances desses princípios. No que tange às interpretações sobre os diferentes olhares sobre a Coleção Museu de Magia Negra, tombada no início do século XX, pode-se dizer que problemas de análise cruciais se levantaram, do tipo que Lévi-Strauss já prenunciava que o etnólogo enfrentaria. Problemas e riscos que foram enfrentados, quando se almejou traçar um modelo interpretativo sobre as representações sociais e os olhares sobre as coleções museológicas indicadas, levando em conta que, na sociedade estudada, já existiam diversas interpretações próprias sobre tais representações e olhares subordinados a sistemas de valor ou ideologias; interpretações que se confundiam num vocabulário sociológico comum.

Seguiu-se a orientação de Claude Lévi-Strauss, citando seus textos clássicos, no sentido de colocar com mais propriedade os desafios enfrentados na pesquisa. Admite-se que não se tem condições de testar e medir o grau de exatidão ou verossimilhança das hipóteses interpretativas oferecidas: não se possuem dados considerados concretos ou empíricos que atestem ‘a verdade da hipótese’ que aqui se levanta sobre as razões que levaram o grupo de intelectuais do antigo SPHAN a tombar a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro, em 1938. Contudo, apesar dessas dificuldades não se ficou isento do risco de formular hipóteses: cabe à crítica colocar os termos no devido lugar. Pretensões há por toda parte, mas deve-se ter em conta que uma ciência que não arrisca hipóteses de trabalho, não é digna desse nome.

Assim, procurou-se adentrar no universo cultural e imaginário do início do século XX, almejando construir um modelo básico que organizasse uma configuração, o mais lúcida possível, sobre os olhares construídos sobre esse acervo museológico em foco, no período histórico de sua criação. Para tal, a partir da análise de dados recolhidos através de depoimentos, entrevistas, correspondências, acontecimentos históricos, e também em documentos escritos, entre os quais poesias, prosas, ensaios, correspondências, dissertações, filmes, teses e obras publicadas – materiais difusos e, por vezes, heteróclitos, buscou-se

organizar um quadro de referência teórico que servisse como um modelo de análise plausível. Esse modelo, como foi visto acima, pode estar ora mais, ora menos consciente ou inconsciente, para os agentes e personagens envolvidos na trama social.

Cabe frisar que, ao utilizar alguns princípios estruturalistas defendidos por Claude Lévi-Strauss, considerado o fundador do estruturalismo, não se celebra filiação a uma ortodoxia de escola. Fez-se referência, sim, a uma tradição teórica fecunda, desejando preservar alguma liberdade de movimentação e autonomia metodológica. O modelo de análise que se utiliza não se apóia em bases matemáticas ou estatísticas; antes são fontes de trabalho, assim como os dados usados para reflexão são heterodoxos (e heteróclitos), sujeitos a contaminações variadas, em domínios do conhecimento por vezes tão diversos (artes plásticas, cinema, ciência, literatura, poesia, filosofia, sociologia, etc). De fato, esses objetos “são interpretações de interpretações”⁶. Nesse sentido, caberia defender aqui um princípio científico antipositivista que se considera salutar.

Antropologia do Olhar

O estudo aqui empreendido realizou-se através de uma antropologia dos olhares sobre a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro. Procurou-se efetuar um procedimento interpretativo apoiado na prática antropológica apresentada por Claude Lévi-Strauss na obra *O Olhar Distanciado* (1986), procedimento que foi resumido em entrevista concedida em 1998:

O olhar distanciado caracteriza o olhar antropológico. A expressão ‘olhar distanciado’ é de Hami, que foi um grande ator dramático japonês. Ele dizia que, para ser um bom ator, era preciso olhar para si mesmo, o tempo todo, com os olhos afastados do espectador. O olhar distanciado pode ser aprendido através de treinamento, mas também é algo que se pode possuir desde o nascimento, uma espécie de característica da personalidade de cada um’.

De acordo com esse procedimento metodológico, começou-se a esboçar um quadro sinótico dos olhares constituídos historicamente em relação à Coleção Museu de Magia Negra, tombada em 1938. Foram esses olhares que demarcaram a construção dos cinco capítulos desse estudo interpretativo. Cada capítulo expressa a “visão” de cada olhar sobre esse conjunto museológico. Cada “olhar” tem uma forma específica de elaborar o estatuto museológico desse acervo de objetos e peças religiosas e mágicas. Foi possível realizar esse

⁶ Como escreveu Michael Taussig: “De qualquer modo, o que chega até nós são histórias, vinhetas, descrições, boatos – em suma, filigrana e fragmentos de narrativas, entretecidos, permeados e moldados em narrativas míticas” (1993: 86). Não há uma verdade dos fatos, como a ciência positivista pregava; o que há são ‘versões’, ‘narrações’ – para o cientista social interessa, no entanto, o ser social da verdade.

⁷ Entrevista para Beatriz-Perrone Moisés em Paris, 1998. Jornal Folha de São Paulo, Domingo, 27 de junho de 1999, Caderno *Mais!*, página 7.

“mapa dos olhares” sobre essa coleção museológica a partir da abordagem antropológica apontada por Lévi-Strauss, isto é, através do estranhamento e do distanciamento em relação aos olhares dos outros, e deste pesquisador, em relação a ela⁸.

Abordagem Antropológica e Análise Intercultural

Os procedimentos metodológicos realizados se inspiraram numa prática que aprofunda o alcance das pesquisas antropológicas nas sociedades contemporâneas. No caso específico dos estudos e pesquisas sobre acervos museológicos e o teatro das memórias sociais, a abordagem antropológica se mostrou extremamente fecunda, conforme aponta com precisão Patrice Pavis:

A abordagem antropológica fornece uma perspectiva de conjunto, não se limita à visão Ocidental – abre-se ao leque de práticas espetaculares vivas, sejam quais forem os contextos culturais. É um método plural, em perpétua elaboração, que federa diversas abordagens e não se reduz a um só olhar (PAVIS, 2003: 257).

A conseqüência direta e imediata dessa prática foi a abertura do campo de possibilidades interpretativas que se efetuou neste ensaio, de maneira exemplar. Nada mais se fez que tentar realizar o que está condensado nestas linhas:

A abordagem antropológica obriga a um olhar comparativo e a um questionamento dos métodos de análise. Assim como uma cultura só se define realmente em relação e em contraste com as outras, uma tradição teatral e um método de análise só tomam sentido em relação às outras (Idem: 257).

Ao tomar os museus e as coleções museológicas como formas de dramatização do social, utilizou-se a abordagem antropológica e a análise intercultural para tentar compreender o significado cultural desse conjunto museológico de magia negra. Neste trabalho tomou-se a Coleção de Magia Negra como um conjunto museológico comparável a um ‘ato dramático’. Através da etno-cenologia⁹, pretendeu-se empreender a análise interpretativa, do modo como Jean Duvignaud indicou: “A cerimônia dramática é apenas um caso de figura das cerimônias sociais: “Em diferentes graus, um comício político, uma missa, uma festa de família ou de bairro são, da mesma forma, atos dramáticos” (In, PAVIS, 2003: 254).

Sinopse do Ensaio Interpretativo

⁸ Como exemplo de exercício mais recente desse método, ver a obra *Olhar, Escutar, Ler*, na qual o autor “interroga três procedimentos estéticos básicos e examina suas variantes e sua possível estrutura comum” (LÉVI-STRAUSS, 1997).

⁹ Primeira fase do conhecimento produzido pela etnocenologia, definida por Patrice Pavis como: “o estudo, nas diferentes culturas, das práticas e dos comportamentos humanos espetaculares e organizados” (PAVIS, 2003: 272).

No Capítulo I, intitulado ‘olhar patrimonial’, faz-se uma análise histórica e epistemológica do conceito de *patrimônio etnográfico*, apontando para suas metamorfoses mais recentes. Apresentam-se as bases teóricas e históricas da crítica à noção de patrimônio etnográfico, que jamais conseguiu se livrar do sentido pejorativo do seu uso a-crítico. Nesse trajeto indicam-se os caminhos possíveis para sair do impasse de uma herança colonialista que ainda insiste em perpetuar-se. A partir da crítica ao “etnografismo¹⁰” contemporâneo que se nutre de um discurso fragmentador e segmentado por egoísmos étnicos, sugere-se a relativização radical do uso do termo “etnográfico”, superando enfim a ideologia colonial e ultrapassando o cânone tradicional da disciplina¹¹. Não seria o caso de propor uma nova nomenclatura, uma nova terminologia para indicar as primeiras fases do processo de conhecimento antropológico?¹² Talvez o termo “culturografia” (ou ‘semiografia’ dos sistemas culturais) expressasse com mais propriedade a missão científica da antropologia: uma aventura, mais fecunda, através da ‘des-etnografização’ irônica da investigação antropológica, recolocando em foco a diversidade cultural e reencontrando assim sua vocação original¹³. Nesse primeiro capítulo, após apresentar as vicissitudes históricas do tombamento do primeiro patrimônio etnográfico do país, analisa-se a criação do volume etnográfico do Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No Capítulo II, descreve-se a construção do ‘olhar policial’ a partir das reformas científicas e positivistas empreendidas na Segurança Pública, pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores, no começo do século XX. Desenvolve-se especial atenção sobre a criação e atuação das quatro Delegacias Auxiliares ligadas ao Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal e do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, onde havia um Museu que foi célula embrionária do futuro Museu da Polícia, vinculado à Escola da Academia de Polícia. No fim do capítulo destaca-se uma reflexão sobre a museologização do mundo do crime e a apresentação da hipótese dos riscos atuais que a coleção está correndo com o

¹⁰ Sobre a obsessão etnográfica José Carlos Rodrigues indaga: “Não estaria aí o sentido da urgência de os poderes providenciarem Outros artificiais, de fazerem etnografias de emergência, de museologizarem, de ‘conservarem’, afinal?” (RODRIGUES, 1991: 178).

¹¹ Como escreveu Antoine Vitez : “Não gosto que me digam que não posso entender nada dos outros, nem os outros de mim. Tenho horror desta moda que faz as diferenças irreduzíveis. Então não compreendo nada das mulheres por que sou homem, dos africanos por que sou europeu? Ao pé da letra, isso me enlouquece. Se devesse pensar nisso, não poderia mais viver” (*apud* PAVIS, 2003: 258).

¹² “Ao assumir uma atitude ‘irônica’ frente às formas de representação etnográfica, o efeito de sua reflexão é desestabilizar a própria noção antropológica de cultura, tal como esta se configurou ao longo do século XX. Em especial aquelas concepções em que a ‘cultura’ aparece como uma totalidade integrada no espaço e contínua no tempo, dotada de uma ‘identidade’ e de fronteiras muito bem definidas, fundada em ‘raízes’ e portadora de ‘autenticidade’” (CLIFFORD, 1998: 11).

¹³ Como salientou Merleau-Ponty: “a antropologia contribui para a constituição das ciências humanas como ‘ciências semiológicas’, isto é, ciências que investigam a ‘região do signo’” (MERLEAU-PONTY, 1984: 194-5). Nesse sentido, poderíamos apontar na direção de uma futura ‘semio-grafia’, ao invés da ‘etno-grafia’.

crescente número de agentes e detetives convertidos ao pentecostalismo, fato que tem provocado a suspeita de que a recusa em expor os objetos e peças de magia afro-brasileira se fundamente nisso, e não na alegada falta de espaço – desculpa que não se justifica, pois existem salas vazias no prédio em que atualmente está hospedado o Museu da Polícia Civil.

No Capítulo III sublinha-se que uma das inspirações teóricas que sedimentaram esse percurso tem uma fonte segura nas análises inauguradas no livro *O Medo do Feitiço* (MAGGIE, 1992) – trabalho pioneiro no trabalho de recuperação histórica dessa coleção etnográfica – que investigou densamente os inquéritos jurídicos de acusação às práticas de magia, bruxaria e feitiçaria no Rio de Janeiro, desde a Primeira República. Nesse estudo, observa-se que o Estado brasileiro “se imiscuiu” nos assuntos de magia, revelando nesse processo as raízes profundas das relações estruturais e históricas entre poder, instituição e campo religioso na sociedade. Foi a partir dessa investigação inaugural, iniciada no final da década de 1970 – mais precisamente em 1979, quando a FUNARTE e o CNDA¹⁴ contrataram a pesquisa sobre Arte e Magia Negra no Rio de Janeiro – que se deram os primeiros passos antropológicos no sentido de recuperar a memória e revelar os conteúdos simbólicos na compreensão do significado cultural dessa coleção museológica, muito tempo esquecida e abandonada. Essa pesquisa e o ‘olhar antropológico’ direcionado e construído sobre essa coleção museológica são o tema do terceiro capítulo deste trabalho, capítulo que apresenta ainda uma reflexão sobre os paralelos entre a atividade surrealista e a prática etnográfica na Europa e no Brasil. Através das análises do historiador da antropologia James Clifford (1998), que pesquisou o modernismo europeu, especialmente os movimentos artísticos vanguardistas surrealista e dadaísta, percebeu-se que suas descobertas traziam muita luz sobre os acontecimentos históricos e estéticos protagonizados pelos artistas nacionais, nas décadas de 1920 e 1930. Assim, apoiado nesse escopo interpretativo comparativo, se encontrou solo firme para desenvolver um trabalho compreensivo mais fundamentado e sereno. Em seguida, reflete-se sobre a crença generalizada na magia na sociedade brasileira.

O ‘olhar modernista’ é o tema do Capítulo IV. Nessa parte do trabalho apresentam-se as bases de uma nova hipótese pela qual essas coleções etnográficas passam a ser interpretadas no contexto do imaginário social e cultural modernista, do início do século XX. O foco concentra-se especialmente na análise da Coleção Museu de Magia Negra, hospedada no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Percebeu-se que as personagens principais, ligadas diretamente à formação dessa coleção, estavam vinculadas direta, ou

¹⁴ Convênio Fundação Nacional da Arte e Conselho Nacional de Direitos Autorais. Nessa época quem coordenava o Núcleo de Estudos e Pesquisas do órgão era Adauto Novaes – coordenação que exerceu por mais de 15 anos.

indiretamente ao movimento artístico modernista desencadeado na década de 1920. A partir dos estudos sobre as relações entre antropologia, etnografia, literatura e artes plásticas, formulou-se uma nova hipótese interpretativa especialmente em relação à Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro.

No Capítulo V, intitulado ‘olhar poético’, após ser delineado o horizonte histórico e antropológico da pesquisa, destaca-se, desse conjunto interpretativo, a figura do poeta carioca Dante Milano. Analisa-se a vida e obra desse artista como um modernista marginal, um verdadeiro forasteiro da modernidade, ou ainda como um tipo de nacional-estrangeiro, como sugere Sérgio Miceli (2003). A descoberta do valor extraordinário da obra poética e da vida de Dante Milano, no modernismo brasileiro, junto com o amigo Manuel Bandeira, modificou completamente o trajeto deste estudo. É quando se analisa o imaginário literário do mal, base interpretativa fundamental do ensaio. Esse novo trajeto investigativo encontra-se nesse capítulo seminal, em que se defende a hipótese central deste trabalho.

No Capítulo VI, apresenta-se a contribuição desta pesquisa para a interpretação do significado cultural da Coleção Museológica de Magia Negra, designada como ‘olhar mefistofélico’ a explorar o simbolismo literário que essa rica personagem mitológica tem no imaginário moderno. Esse novo ‘olhar’ interpretativo se soma às outras interpretações possíveis, todas elas construídas a partir dos olhares dos diferentes interpretes. Dessa análise chegou-se à conclusão de que essa coleção etnográfica em particular – primeiro patrimônio etnográfico do Brasil – constituiu-se no processo de simbolização e encenação museológica do mal, do diabólico e do satânico, na sociedade brasileira moderna. Ao parafrasear, livremente, o título do livro *O Mal à Brasileira* de Patrícia Birman (1997), pretendeu-se indicar os caminhos trilhados no exercício de interpretação antropológica desse acervo museológico e etnográfico heteróclito formado no começo do século XX.

Nas Considerações Finais, sintetizaram-se as linhas gerais que balizaram a reflexão, retomando os pontos principais da argumentação, sob o título de *Recuperação do Encoberto: ‘distabuzação’ da Coleção Museu de Magia Negra*.

Referências bibliográficas

- BIRMAN, Patrícia (Org.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997
CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998
CORRÊA, Alexandre F. **Vilas, parques, bairros e terreiros** (Patrimônios bioculturais): novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Luís e São Paulo. São Luís: EDUFMA. 2003

- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural I**. Brasília: Tempo Brasileiro, 1975
- _____. **O olhar distanciado**. Viseu: Edições 70, 1986
- _____. **Olhar, escutar, ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- MAGGIE, Yvonne et al. **Medo do Feitiço**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984
- MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- PAVIS, Patrice. **A análise dos espetáculos**. São Paulo: Perspectiva, 2003
- RODRIGUES, José C. **Ensaio antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1991
- TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993